

OS ÍNDIOS PARESI NA HISTÓRIA DE MATO GROSSO

Elizabeth Madureira Siqueira

INTRODUÇÃO

O objetivo principal dessa comunicação é apresentar aos pesquisadores os resultados práticos ao trabalho de resgate histórico de um segmento indígena de Mato Grosso: os Paresi. Se os portugueses, ao conquistar o Brasil, relegaram a segundo plano a cultura dos povos indígenas e impuseram um modelo fundamentado na dominação e na opressão, a historiografia brasileira tem reproduzido, com raras exceções, a trajetória do conquistador, em detrimento daquela dos conquistados.

Nosso entendimento é de que estamos devendo, não só ao índio, mas à nação brasileira, a recuperação histórica desse segmento, tão presente em todos os momentos. Será da construção dessas múltiplas histórias que se poderão traçar políticas eficientes no que toca à questão ecológica e indígena e que o índio seja concebido, não como um elemento exótico, folclórico, mas como parte integrante na história nacional, como um agente ancestral e, portanto, capaz de também participar e decidir sobre os destinos da nação brasileira.

Como bem saliente a historiadora professora Leny Caselli Anzái, em seu instigante trabalho, ainda no projeto, o qual trata da sociedade incaica pré-colombiana e sua relação com a natureza, salienta que o europeu, ao chegar à América, encontrou sociedade onde a fome e a miséria não existiam, Elas se tornaram uma realidade quando o modelo foi implantado. Portanto, hoje quando o Brasil constata o estado de miserabilidade em que vive a maioria de sua população, a experiência

indígena e, principalmente, o saber indígena, tem que ser resgatados, pois é necessário se entender os mecanismos da relação homem x natureza, tão presentes na vida cotidiana da história indígena.

Desde 1976 dedicamo-nos ao estudo de Mato Grosso e em 1981 elaboramos um Projeto de pesquisa para o resgate da memória das Minas de Cuiabá em seus primórdios: 1719-7478, ao final do qual, produzimos um artigo publicado na Revista Universidade, II (I). Foi neste momento, que percebemos claramente que estudar Mato Grosso, sem levar em conta o segmento indígena, seria produzir uma história parcial, seria, de fato, reproduzir uma historiografia tradicional, que impinge ao bandeirante o papel de colonizador e povoador dos "*espaços vazios*", sendo que na realidade, as terras mato-grossenses estavam fartamente povoadas pelos índios, seus habitantes primitivos.

Assim, o segmento indígena é parte importante na reconstituição histórica regional e que cabe ao historiador o resgate da trajetória desse povos, em confronto com os demais que aqui chegaram. A partir dessa constatação, pudemos realizar, junto ao GERA, mais especificamente ao Projeto "Roças Paresi", coordenado pelo antropólogo professor Aderval, um trabalho de reconstituição histórica dos índios Paresi. A tarefa, a princípio, foi desafiadora, uma vez que até o momento, havíamos apenas trabalhado o segmento indígena, numa visão mais globalizante. No entretanto, o desafio estava posto e cabia-nos utilizar de nossas ferramentas históricas na análise de um grupo indígena específico.

Ao final dele, concluímos um roteiro cronológico da história Paresi, tendo como pressuposto o seu relacionamento com os demais segmentos históricos e os embates travados nesse processo. Pudemos ter muito claro o papel do índio nos primórdios do povoamento da região Centro-Oeste, uma vez que a História de Mato Grosso está viceralmente ligada à trajetória do bandeirantes paulista.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS ÍNDIOS ALITI (PARESI)

O movimento bandeirante, rumo Oeste objetivava descobrir ouro e apresar índios, mão-de-obra com que se sustentava, não só a Capitania de São Paulo, mas outras do Brasil colonial. Isso se explica na medida em que, no seio do sistema colonial, o Brasil, como um todo, não reproduziu o modelo desejado pela Metrópole, qual seja, a vocação agrária, representada pela grande lavoura, sustentada pela mão-de-obra escrava africana. Na Capitania de São Vicente, as primeiras experiências na produção de cana-de-açúcar demonstraram a impropriedade das terras litorâneas do Sudeste para tal cultura, fazendo com que uma parte de seus habitantes, na busca de uma solução econômica, galgasse do Mar, fixando-se no Planalto Piratiningano.

A opção dos paulistas foi manter a região através de uma produção agro-pastoril suficiente, não só para o consumo de seus habitantes, mas capaz de sustentar as bandeiras, expedições que chegava a passar anos no sertão. Para a consecução desse objetivo, tornou-se necessário o emprego de uma mão-de-obra que, ao contrário do Nordeste, não se apoiou no trabalhador africano, adquirido a altos preços, mas no índio, elemento já existente na Colônia. Assim, a capitania de São Paulo não vai reproduzir o modelo agro-exportador característico do Nordeste açucareiro, mas tomará para si o papel de expansionista e descobridor de riquezas minerais, no seio do sistema colonial. Dessa forma, advirá da Metrópole uma legislação de caráter geral, assim como outra específica, adaptada a cada caso ou particularidade, no que toca ao indígena. Na legislação mais geral, sua escravização era proibida, porém, na específica, dirigida para a realidade paulista, ela sofrerá adaptações e interpretações chegando a ser permitida a captura e utilização do aborígene. Isso se verificou dada à realidade paulista que, circunscreve aos interesses metropolitanos, necessitaria dos índios para as atividades de expansão territorial e para a mineração.

Desde o século XVI, os paulistas se utilizaram do trabalho indígena, seja na lavoura e criatório, seja junto às bandeiras, uma vez que,

para adentrarem ao sertão, necessitariam do saber indígena, básico e fundamental para o sucesso da atividade sertanista. A apropriação desse saber, forneceu aos paulistas segurança para empreendimento de tanto risco, pois os indígenas serviram-lhe de guias, através do sertão, tenha sido ele percorrido à pé, ou através do sistema de monções. Portanto, caçar índios significava manter um arsenal de saberes diversificados, de acordo com a região onde esse preamento tivesse ocorrido e, sobretudo, representava a certeza de uma expansão realizada com segurança. Assim, se os escravos representavam “*as mãos e os pé do Senhor de engenho*”, os índios exerceram a mesma função no que toca à atividade sertanista.

Sérgio Buarque de Holanda, em sua marcante obra, “*Caminhos e Fronteiras*”, dedicou parte expressiva dessa obra, à análise da importância do índio para bandeirismo, relacionando uma infinidade de atividade sertanista, nas quais os indígenas foram o suporte e a garantia de seu sucesso. Destacamos algumas delas:

CARTOGRAFIA: os indígenas eram capazes de desenhar mapas, nos quais os principais acidentes geográficos eram registrados com perfeição, tais como os cursos de rios, seus afluentes, cachoeiras, saltos, varadouros, enfim, utilizavam-se de sua prodigiosa memória cartográfica para riscar, na areia, o retrato de sua vivência próxima com a natureza. Os desenhos elaborados pelos índios podiam ser comparados aos similares elaborados pelos cartógrafos medievais. (HOLANDA, Sérgio Buarque de - *Caminhos e Fronteiras*. 2 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975: 20-21);

DESENHOS DE PEIXES: tal como na representação cartográfica, os índios costumavam deixar, nas margens dos rios, os desenhos dos peixes que ali abundavam, orientando o viandante. (op.cit. 23);

CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES: no fabrico de canoas, na escolha do material de sua construção, no sistema de navegação, pode-se dizer que era, nos séculos XVII e XVIII, nula a influência européia, no que toca à navegação fluvial, uma vez que nesta arte náutica, o saber era o indígena. Desde a escolha da melhor madeira, a confecção de embarcações utilizando-se de um único tronco, assim o sistema de impermeabilização, acessórios, etc., devemos ao índio. (op. cit. 171-172);

ARTE DE NAVEGAÇÃO: os indígenas, conhecedores profundos dos recursos fluviais, é que indicavam ao bandeirante o melhor período para a saída das monções, lugares de pouso e abastecimento, assim como das formas de melhor se aportar;

FLORA E FAUNA: tendo por base sua forma de vida, cuja relação com a natureza se mostrava profunda e inseparável do viver social, os índios é quem indicavam as plantas e raízes que serviram de alimento, remédio ou veneno, assim como foram os responsáveis por introduzir nos costumes sertanistas, o alimentar de animais silvestres, como foi o caso das formigas que, provada pelos europeus, depois de tostadas, foram comparadas com a mais deliciosa manteiga; as carnes de jacaré, capivara, etc. Um destaque especial deve ser feito ao trato das abelhas, pois os índios apreciavam o mel por elas produzido, considerando-o alimento fundamental no viver pelo sertão. Aos índios Paresi foi atribuída maior destreza na criação de abelhas em cabaças, facilmente transportáveis, assim como os índios em geral, o que faziam seguindo com os olhos o vôo das abelhas (op. cit. 52-53);

MEDIDAS DE DISTÂNCIA: devido à forte influência indígena, as distâncias no sertão eram dimensionadas a partir das flechas. Em carta de sesmaria era comum se encontrar estas medidas: “... *um capão de mato virgem, que terá quatro ou cinco tiros de flechas no comprido e dois tiros de largo...*” (op. cit. 76)

Inúmeras outras contribuições poderiam aqui ser arroladas, no entanto, consideramos importante destacar a própria voz dos paulistas quando solicitaram ao Rei de Portugal e ao Governador da Capitania de São Paulo, autorização para continuar na administração dos índios, o que era proibido pela Legislação de caráter geral:

“... destruir-se a barbaridade gentílica para mais seguros fazerem os mesmos moradores as povoações das terras acima ditas, e se acham com a opulência que se descobriram-se as minas de ouro que estão descobertas com as quais se utiliza todo este estado, e o mesmo reino de Portugal, e suas conquistas, e como sem a gente parda se não podem fazer os descobrimentos do ouro, por ser só ela a que sabe talhar o sertão, e navegar os rios livrando dos perigos que neles se encontram por causa das muitas cachoeiras e os mais que embarçam as navegações, sendo a dita gente parda a que sustenta os sertanistas assim pelos rios como por terra pelo largo conhecimento que tem de tudo que possa servir de alimento, por todas estas razões se não deve tirar a administração aos moradores desta capitania, principalmente arriscando-lhes as suas vidas a conquistá-los como a Vossa Excelência é notório no tempo do seu governo, porque infestando o gentio bárbaro as minas do Cuiabá procuraram os paulistas destruí-los com perda de suas próprias vidas, que jamais temeram arriscá-las pelo serviço de Sua Majestade como a experiência tem mostrado na lealdade com que servem ao dito Senhor e porque de estarem os ditos índios aldeados se segue ser serviços do dito Senhor...”

(NDIHR/UFMT - AHU/Documentos Ibéricos

- Mfcha 15 - Doc. 75 - Anexo 5)

Desde o século XVII os paulistas mantinham a administração dos índios, apesar de toda legislação proibitiva, porém nesse momento (séc. XVIII), se tornava imprescindível uma aquiescência Real, visto que os descobrimentos das minas de ouro, colocavam os paulistas sob o olhar mais severo, seja por parte dos colonos, habitantes de outras capitâneas, seja da Coroa portuguesa, a qual não desejava a constituição de que um poder colonial, paralelo ao seu. Por outro lado, considerando a crise por que passava Portugal, durante o século XVII, momento em que perdeu grande parte de seu Império afro-asiático, tornava-se imprescindível garantir os lucros obtidos no Brasil e para isso, tornava importante que os paulistas fossem estimulados a encontrar novas minas de ouro, o que só poderiam fazê-lo, com o auxílio dos índios.

Dessa forma, a resposta do Rei, D. João V, à petição dos paulistas, oscilava entre a permissão e a proibição:

... e como sobre os mesmos índios tomei já Resolução em 10 de Fevereiro de 1696, e mandei passar a Lei de 10 de Setembro de 1611 que estão registrados nos Livros da Câmara da Cidade, Me parece dizer-vos que suposto se conheça com muita evidência o grande zelo amor e fidelidade com que se tem portado os moradores confinantes nos distritos das terras desse país, assim como em benefício da minha fazenda como no aumento do comércio dos vassallos desta Coroa, nos descobrimentos que tem feito das Minas do Cuiabá, e do Goiás, e dos que se podem esperar da sua diligência que se façam dignos da maior atenção, e atendidos nos seus requerimentos como devem esperar da minha Real grandeza: conteúdo como a liberdade dos Índios seja tão inestimável, e por direito natural convir que sejam conservados nela, e não tenham a sujeição de Capturados, e esta deve prevalecer a tudo, que deveria guardar inviolavelmente à minha Lei sobre esta matéria, com declaração que quando algum de seus moradores necessite de Índios para os mesmos descobrimentos, ou para outros empregos, assim o hei ao meu Serviço como também para alguma incumbência de tratamento que seja em

conveniência dos moradores que vos-lhes pessoais dar debaixo da condição de que sejam bem tratados, e se lhes satisfaça o estipêndio que lhe está constituído, segundo que hão de ser satisfeitos dele, e não há de receber violências das pessoas em cujo serviço se empregarem."

(NDIHR/UFMT - AHU/ Documentos Ibéricos
- Mfcha. 15 - Doc. 750 - Anexo 1)

A legislação indígena, extremamente contraditória, pelo seu caráter proibido e permissivo, explica a inaplicabilidade de um corpo legislativo único para realidades diferenciadas. Se a proibição da escravidão indígena estava intimamente relacionada com a permissão da escravização africana, essa regra era aplicável ao Nordeste açucareiro, enquanto que nas atividades sertanistas, tornava-se invalidada pela importância que a mão-de-obra indígena assumia nas práticas bandeirantes.

Tratando-se da realidade colonial mato-grossense, o que se assiste é a um estímulo, por parte da Coroa portuguesa, para que os bandeirantes adentrassem ao sertão e que, não só descobrirem novas jazidas auríferas, mas que nelas;as deixasse fixada uma população que garantisse a posse das terras à Portugal. Nessa medida, o preamento de índios foi permitido, considerando, não só que eles obstaculavam a referida expansão, mas que sem eles, domesticados, seria impossível a continuidade dessa marcha.

O papel do índio na História do Brasil está revestido de um caráter Geo-Político, uma vez que de sua mobilidade dependiam as possibilidades de estabelecimento de fronteira entre os reinos ibéricos e Espanha).

Outro aspecto importante a destacar é o movimento populacional nessa região Oeste, quando pelo sentido Leste/Oeste cursavam os bandeirantes e sertanistas tentando atingir, possivelmente, as ricas minas de ouro, diamante e prata; em sentido oposto, encontramos os espanhóis; entre estes dois Impérios temos os Jesuítas, cuja atuação missionária se posicionava no sentido Sul/Norte; e no intervalo permitido por esta tripla ação expansionistas, encontramos as nações indígenas não conquistadas. Segundo o historiador Uacury Ribeiro Bastos, estes índios formavam um

"*Território Tampão*" entre os Impérios, chegando mesmo a determinar os limites geográficos de cada um deles. (BASTOS, Uacury Ribeiro — *Expansão Territorial do Brasil/Colônia no vale do Paraguai (1767-1801)*. São Paulo, USP, 1972). Estes índios não contatados representavam uma fronteira viva, capaz, não só de determinar os limites entre os Impérios, mas de impedir que estes chegassem a se encontrar.

Dessa forma, a expansão territorial dos 3 Impérios dependia, essencialmente, do INDÍGENA, secularmente fixada na região, e o encontro desses Impérios vis-a-vis, dependeu do deslocamento, conquista, conservação ou dizimação das tribos e nações indígenas.

Poderíamos perguntar: De que maneira a Coroa portuguesa chegava a conhecer a realidade indígena da Colônia? Através dos relatos feitos pelos bandeirantes e sertanistas. Dos muitos existentes, podemos destacar a Breve notícia dada por Antônio Pires de Campos ao Rei de Portugal, na primeira metade do século XVIII (RIHGB, 25:437-449)

O escrito de Antônio Pires de Campos objetivava enumerar, ainda que considerasse impossível, as principais nações indígenas que habitavam os rios que faziam parte do itinerário monçoeiro que, do rio Tietê, conduzia os sertanistas até o Cuiabá.

Naqueles dilatadas chapadas habitam os Paresis, reino mui dilatado, e todas as águas correm para o Norte. É essa gente em tanta quantidade, que se não podem enumerar as suas povoações ou aldeias.

... estes todos vivem de suas lavouras, no que são incansáveis, e é gentio de assento, e as lavouras, em que mais se fundam são mandioca, algum milho e feijão, batatas, muitos ananases, e singulares em admirável ordem plantados, de que costumam fazer seus vizinhos, e usam também cercar de rios o campo, entre esta cerca fazem muitos fogos, em que caçam muitos veados, emas e outras muitas mais castas...

... e a curiosidade nos machos e fêmeas é por extremo, muito asseados e perfeitos em tudo que até as suas estradas fazem mui

direitas e largas, e as conservam tão limpas e consertadas que se lhe não achará nem uma folha. Este gentio feminino é o mais parecido que se tem visto porque são muito claras e bem feitas de pé e perna, e com todas as feições perfeitas, estão ágeis e habilidosas que nada se lhes mostra que não imitem com a melhor perfeição, e o mesmo se acha nos homens...”

Acreditamos que os informes do bandeirante paulista estejam relacionado diretamente, com a questão do ataque indígena às monções, o que obstaculava, ao sertanista atingir as regiões auríferas, tão desejadas pela Coroa portuguesa. Assim, no referido trabalho o sertanista coloca a Coroa portuguesa a par do processo de confronto entre colonos e índios na região Oeste brasileiro.

É importante percebermos que a MetrÓpole, com sede na Península Ibérica, passava a conhecer, mesmo que à distância, a Colônia Brasil, através das notícias que lhes davam seus habitantes, passando as mesmas a se constituir em “*verdades*”. Assim foi o caso da Breve Notícia escrita por Pires de Campos que, como filho de “*Pai Pirá*”, merecia do governo metropolitano, toda confiabilidade. Na realidade, estes bandeirantes representavam as tradicionais famílias portuguesas que migraram para o Brasil no período em que Martim Afonso de Sousa recebeu a incumbência de povoar e administrar a então Capitania de São Vicente, estrategicamente situada no extremo Sul, considerando a demarcação do Tratado de Tordesilhas. A garantia da posse, não só dessas terras, mas das muitas conquistadas pelos paulistas, estabeleceu vínculos profundos entre o Rei e os súditos sertanistas, fazendo com que não se vissem como opositores, mas como parceiros.

Afonso de Taunay questiona, em História das Bandeiras Paulistas, Tomo III, a preferência do bandeirante Antônio Pires de Campos pela nação Paresi:

“Depois de se referir aos índios do São Lourenço e Cuiabá para o Sul, tratou Antônio Pires de Campos do Reino dos Paresis, reino mui dilatado, onde as águas corriam para o Norte, a saber para o Amazonas.

*Gentio de brandos costumes, numerosíssimo, vivia de suas lavou-
ras, mostrando as virtudes do incansável trabalhador. Nação de
grandes caçadores, nunca agressiva, mantinha estradas largas e
bem conservadas.*

*Dispunham os paresis de rudimentar indústria. Julgava Pires de
Campos que fácil seria converter ao Cristianismo aquela multi-
dão de Pagãos.*

*Curioso é que os Capitães-Generais de São Paulo e os Reis tanto
tenham legislado no sentido do defender estes índios contra os
seus escravizadores. Donde proviria tal preferência ou antes, tal
unilateralidade de um amparo que não dava assistência a outros
autóctones?"*

(TAUNAY, Afonso — História das Bandeiras Paulista.
São Paulo, Brasiliense, 1968: 23)

A indagação de Taunay parece-nos clara e sua resposta ainda mais evidente, pois a atividade bandeirantes, caracterizada por uma extrema itinerância, não seria capaz de garantir, com seus componentes, o povoamento da região Oeste, o que só poderia ser feito com a conquista aos elementos nativos, fazendo com que estes pudessem defender o território ocupado, seja dos demais índios, seja pela Coroa espanhola.

O relato de Pires de Campos foi importante para determinar as tribos que deveriam ser poupadas e as que mereciam extermínio. Dessa forma, o avanço bandeirante, rumo Oeste, deveria contar com o apoio das populações nativas, não mais vistas como inimigas, mas como possíveis e futuros colonos. Considerando que os Paresi constituíram um grupo que, segundo Pires de Campos, se assemelhava aos colonos, seja pelas características físicas seja pelas qualidades morais, representavam eles o limite de possibilidade para um povoamento afetivo. Assim, os Paresi mereceram um tratamento especial, estampado numa legislação que, não só proibia a sua escravização, como punia aos contraventores. O mesmo não aconteceu com outras tribos indígenas, especialmente os Paiaguás, Guaicurú, Caiapó e Coroados que, ao contrário, foram vítimas de guerra oficialmente instituída, através de Ordens Régias.

Na medida em que os Paiaguás e Guaicurú impediam a continuidade da mineração no extremo oeste, era fundamental seu extermínio. O fato que determinou a aprovação, por parte da Metrópole, de se efetuar guerra declarada aos Paiaguás, foi a destruição da monção que, de Cuiabá, conduzia para São Paulo os quintos de ouro, assim como trazia na expedição o Ouvidor Geral Antônio Alves Lanhas Peixoto, o qual foi morto, assim como a maior parte da tripulação. A notícia desse episódio foi narrado pelos sertanistas com tons fortes, o que levou o Rei português, em 21 de janeiro de 1831, a expedir uma Provisão Régia, dirigida ao Governador da Capitania de São Paulo, a qual autorizava a dita guerra:

“Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves de quem e além mar em África Senhor de Guiné etc. Faço saber a vós Governador da capitania de São Paulo, que vendo-se a conta quem me deu o Ouvidor Geral de Cuiabá a respeito das hostilidades com que naquelas Minas continuava o gentio Paiaguás, a guerra que se assentou fazer-se-lhe para castigar aqueles bárbaros, insinuando-me que vos avisava para que o mandasse socorrer, nesta consideração que lhe pareceu recomendar-vos muito o dito socorro, para que se não perca o estabelecimento das ditas Minas.

(NDIHR/UFMT/Documentos Ibéricos - Mfcha. 20 - Doc. 857)

A guerra aos Paiaguás foi decretada por D. João V. não só porque eles atacavam as monções, na visão lusitana, pois o que faziam nada mais era do que defender os seus territórios, havia outro agravante: a relação dos mesmos com os espanhóis. Em ordem Régia de 1732 D. João V. determinava:

... o infeliz sucesso que experimentou a tropa que vinha do Cuiabá no combate que teve com os gentios Paiaguás, em que morreu além de muitas pessoas, o Ouvidor geral Antônio Alves Lanhas Peixoto, representando-me as grandes hostilidades que os mesmos gentios tem feito, e vão continuando no caminho daquelas Minas, havendo indícios por que se presume, serem ajudados para os seus insultos pelos das Aldeias dos Padres da Companhia

- Castelhanos - insinuando os meios que se vos ofereciam para se rebaterem as suas forças, tendo (ilegível) deles fabricam-se no Cuiabá duas meias galés com boas peças de (ilegível), e bem guarnecidas de pedreiros, e granadas, para guardar os Rios, e serviram-se de comboio às tropas que forem, e vierem, e vendo também o que me escreveu o Ouvidor Geral de Cuiabá acerca dos estragos, e excessos dos ditos gentios, e mortes, que tem dito feito, de que tirou e devassa que me remeteu pela qual consta a justificativa causas que há para se lhe fazer guerra, nesta consideração lhes pareceu ordenar-vos por solução do primeiro deste presente mês, e ano, em Consulta do meu Conselho Ultramarino que pronta e vigorosamente procureis pelos meios mais eficazes que sejam atacados dentro dos seus mesmos alojamentos, assim os gentios Paiaguás, como também as mais nações, que confederadas com eles os ajudassem a nos hostilizar queimando-lhes e destruindo-lhes todas as suas Aldeias para que este espetáculo lhes sirva de maior horror, ficando em cativo todos aqueles que se poderem prender e apanhar, e para que referido tenha logo uma devida execução sou servido que nesse Governo por bando público se publique a dita guerra..."

(NDIHR/UFMT - AHU/Documentos Ibéricos
- Mfcha 20 - Doc. 858 - Anexo 1)

Se por um lado a guerra foi decretada aos Paiaguás, aos Paresi foi proibido a cativo, e os que assim precedessem, seriam punidos:

Representando-me também a opressão que padecia o gentio Paresi com as entradas, que a ele continuam fazer vários sertanistas, não havendo os meus vassallos recebido, prejuízo algum deste Gentio, indo-o inquietar à parte tão distante, como a em que habitavam, tirando as liberdades aos que podem servir, e as vidas aos inúteis os quais entre todo o gentio da América parecia ser, o que tem melhor disposição, para receber a nossa Santa Fé, e vendo o mais, que neste particular me representaram. Fui servido por resolução de sete do presente mês, como consta

do meu Conselho Ultramarino, que com efeito se leve em conta a despesa que a Câmara fez para esta expedição, louvando-lhe o zelo com que se houve; e no que respeita aos gentios Paresis, vos declaro apliqueis todo o cuidado a evitar os injustos cativeiros que se tem feito nos ditos gentios, mandando proibir por bando, que se continue a hostilizar esta Nação, e fazendo-o proceder contra os transgressores e outrossim sou servido se ponham em liberdade os mesmos gentios Paresis que se acharem cativos, de que vos aviso para que assim o façais executar.

(NDIHR/UFMT/Documentos Ibéricos - Mfcha. 20 - Doc. 856)

Quando as minas de Cuiabá e Mato Grosso se separaram de São Paulo, vindo a se constituir em Capitania Autônoma, a rainha Mariana de Áustria através de Instrução, recomendava ao primeiro governador de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura;

21º ... Nas terras que medeiam entre o Cuiabá e o Mato Grosso se encontrou há alguns anos a nação dos Índios Paresis, mui prósperos para domesticar-se com muitos princípios de civilidade e outras nações de que se poderiam ter formado aldeias numerosas e úteis, e com sumo prazer soube, que os sertanejos do Cuiabá não só lhes destruíram as povoações, mas que totalmente tem dissipado os meus Índios com tratamentos indígenos de se praticarem por homens cristãos. Por serviço de Deus e meu por obrigação humanidade deveis por o maior cuidado em que não se tornem a cometer semelhantes desordens castigando severamente aos autores delas, e encarregando aos ministros que pela sua parte emendem e reprimam rigorosamente tudo o que n'este particular se houver feito ou ao diante se fizer contra as repetidas ordens que tem emanado nesta matéria." (MOURA, Carlos Francisco — Biografia 132-133)

Esta posição, aparentemente de defesa dos Paresis, tomada pela Coroa portuguesa, nada mais representou do que uma estratégia para garantir povoada a região que ficava entre Cuiabá e Vila Bela, especificamente os Campos e Serras dos Paresi.

Levando-o em conta que o perigo que a Coroa portuguesa sofria de vir a perder as terras que se localizavam no extremo Oeste, uma vez que pelo Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha, terminou em 1750, momento da assinatura do Tratado de Madri, a manutenção dessas nações indígenas, antes preservadas para garantir o princípio do Uti Possidetis, não mais seria necessário, uma vez assinado Madri.

O que assistimos depois da fixação, desse Tratado é um descaso para com a população indígena, antes preservada. Durante o Império, dados concretos revelam que a os população indígena Paresi estava reduzida a 200 pessoas, na região intitulada Campos ou Serras dos Paresi, o que podemos comprovar tendo por base o Relatório da Diretoria geral de Índios de 1848:

“Avalia-se em 200 o número de indivíduos desta nação célebre e guerreira. Vivem em diversos grupos aldeados nos altos terrenos demoninados Serra e Campos dos Paresis, e vagueiam desde as imediações do Diamantino até os Arraiais do Distrito de Mato Grosso. Posto que algumas vezes se ocultem de nós e manifestem desconfiança, em geral parecem dispostos a estreitar as relações que tem conosco, visitando de tempos em tempos as nossas povoações onde procuram ferramentas de lavoura, vestuário e quinquilharia em troca de peneiras, pacarás, cordas de rede, penas, cuias e fumo que preparam e enrolam com urubamba e é muito estimado das fumantes. Pouco entendem e falam o nosso idioma. Nunca nos hostilizam abertamente, suspeita-se porém que às vezes misturam-se aos Cabixis para cometer malefícios.”

(APMT - Diretoria de Índios - Livro I (1848-1860):10)

Os índios Paresi participaram dos importantes momentos do processo produtivo de Mato Grosso, especialmente no que toca à extração de poaia e do látex.

Em 1871 o Diretor Geral dos Índios, Antônio Luís Brandão, acusa o uso da borracha os Paresi de Diamantino, destacando que foram eles os pioneiros na extração e transformação do látex.

“Errantes pelos Campos da Vila do Diamantino também vivem diversos índios da tribo Paresi — entretanto, Excelentíssimo Senhor, nas matas do Rio Preto, Macuco, Amolar e Santana há extensos seringais d’onde os próprios índios extraem o necessário leite para fabricarem as pulseiras de que usam, alguns deles, que convenientemente examinadas tem dado provas de muito boa qualidades, assim, como, informa-nos de Montevidéu, que uma pequena quantidade extraída no Rio Preto, e vendida naquela praça, obteve ótimo preço nos mercados d’Europa — Tudo é serviço fácilimo aos mesmos índios; se apenas tiverem uma ligeira e usufruírem vantagens imediatas da permuta por todos os gêneros de que precisam — e afinal virá a ser uma ramo d’exportação pelo Rio Paraguai, e uma fonte de riqueza pública, como a tem o Pará e Amazonas.”

(Diretoria geral dos Índios - Livro 2 (1860/1875): 76)

O conhecimento do látex em Mato Grosso data do período colonial, porém sua utilização e comercialização, após beneficiamento, só se deu a partir de 1872. Assim, considerando que as famosas mangabeiras abundavam na região mato-grossense de Água Fria (rio Pulador) e na Região de Diamantino os Paresi, segundo o relatório acima mencionado, teriam os sido os primeiros a se utilizarem da borracha para confecção de suas pulseiras e na sua comercialização, visto que as primeiras mostras da borracha regional foram enviadas oficialmente, em 1872, para serem analisadas junto aos laboratórios franceses.

Rondon afirmou os Paresi conhecimento remoto desse vegetal, assim como do roteiro das famosas mangabeiras mato-grossense e o método de sua extração e beneficiamento;

“Foram os índios Paresis, conhecedores desse precioso vegetal que ensinaram, no planalto, o caminho que conduziu os primeiros explorados da indústria seringueira.”

(RONDON, Cândido M. da Silva — Segundo Relatório Parcial apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. Rio de Janeiro, CLTE do MT ao AM, 1915: 78)

Mais uma vez, o SABER indígena e sua relação estreita e equilibrada com a natureza, era apropriado pelo branco, que passou a utilizá-lo, de forma selvagem.

Também, junto aos trabalhos extraídos de poaia, os Paresi participaram, o que pode ser constatado através do interessante Relatório de Antônio Aníbal da Mota, quando os índios das aldeias dos rios Sepotuba, Formoso e Juba se integraram nas frentes poeiras de trabalho. Teriam eles ainda servido de guias para indicação dos "fogões" de poaia (COSTA, Romana M. Ramos — Cultura e Contato: um estudo da sociedade Paresi no contexto das relações interétnicas. Rio de Janeiro, 1985 (Dissertação de Mestrado - UFRJ/Museu Nacional: 221-222)

Com a República passou a existir uma política direcionada para a questão indígena, e a Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas, chefiada por Rondon, utilizou os Paresi nos trabalhos de abertura de estradas, assentamento dos postes, guarda-fios, chefes dos Postos Telegráficos e também como telegrafistas. Maria Fátima Roberto, antropóloga do Departamento de Antropologia da UFMT, assim nos relata:

"A Comissão Rondon inaugurou um novo momento na história do contato com grupos indígenas em Mato Grosso e, particularmente, com grupos Paresi envolvidos mais diretamente na instalação e conservação do telégrafo.

Famílias, aldeias inteiras, centenas de Paresi migraram pelo caminhos das linhas, atraídos pela proteção e assistência da Comissão Rondon. Dizimados por epidemias, invadidos por seringueiros e poeiros, atacados por tribos inimigas, os sobreviventes gravitaram em torno das estações telegráficas, confundindo-se com a sua história. Com as epidemias, muitos órfãos se agregaram e cresceram destinados ao telégrafo."

(Roberto, Maria Fátima — Histórico dos Paresi e as Linhas Telegráficas. Cuiabá, mimeo, s/d: 04)

Os Paresi foram fundamentais para a Comissão Rondon, pois serviram de guias no reconhecimento do território nacional que, naquele momento, estava sendo cortado no sentido Norte/Sul, para a implantação do telégrafo.

No que toca à educação, os Paresi tiveram uma participação intensa com a sociedade abrangente, tendo passado por várias escolas com métodos e técnicas diferenciadas.

A primeira delas ocorreu com a Comissão Rondon, junto ao Posto Telegráfico de Ponte de Pedra, quando as crianças indígenas Paresi eram levadas para esta escola e lá educadas. Romana nos relata a experiência:

“O sistema escolar obedecia às diretrizes das escolas públicas da rede estadual: funcionamento em dois turnos diários, com a frequência de 16 alunos, divididos em 3 classes; a primeira destinada à alfabetização; a segunda com uma programação que incluía livros de leitura, tabuada e caligrafia e a terceira procurava noções de história do Brasil, as quatro operações, leitura, caligrafia e aprendizada da prática de telegrafia elétrica”

(Costa, Romana M.R. 235)

A segunda experiência educacional esteve à cargo da Missão Anchieta que montou, em Utiariti, aproveitando as instalações do Posto Telegráfico, uma escola, para onde eram levadas crianças Paresi. Daniel Cabixi, um dos estudantes desta escola nos relata sua visão:

“...Houve sim, a escolarização, alfabetização e educação, em Utiariti, Internato Indígena, mantido pelos Jesuítas de 1945 a 1971, de grupos indígenas que para lá foram levados. Isso fazia parte do programa de assistência e promoção humana dos índios na Missão Anchieta.

... O sistema usado pela Missão Anchieta abrangia a educação como um todo, isto é, desde a escolarização à alfabetização. O processo usado consistia em arrebanhar as crianças nas aldeias para interná-los em Utiariti. Ali, dentro do sistema de escolarização sistemática, alfabetizava-se os índios, fazia-se a cristianização, através da pregação do catecismo e do evangelho. Enfim, lavava-se aos índios, através da Igreja, valores éticos, morais e religiosos da sociedade ocidental.”

(CABIXI, Daniel Mantenho — A Questão Indígena.

Cuiabá, CDTI, 1984: 21-22)

Os trabalhos iniciais da Missão foram desativados em 1968, tendo sido fechado o internato, com retorno dos índios para as aldeias.

Em 1950 instalou-se uma Missão norte-americana intitulada SAM, a qual desenvolvia trabalhos de cultivo de roças, construção civil, assistência sanitária e educacional. Enquanto Jorge, o dirigente da Missão, não interferiu na vida tribal, tudo foi muito bem, porém, no momento em que ele o fez, os Paresi solicitaram sua retirada:

“O Jorge disse aos halíti que queria um lugar para morar no meio deles. Eu disse para ele tratar bem do índio senão eu mandava ele embora. Jorge prometeu que ia construir sua casa, uma escola e um dormitório para a criançada. Disse que ia vender sua Kombi para fazer tudo isso. Ele escolheu o campo de abacaxi para fazer pista de avião. Halíti começou a abrir.

O Jorge tinha um armazém dentro da casa. Halíti comprava tudo do Jorge. Comprava fiado ou em dinheiro. Ele também trocava mercadorias por penas de ema. Neste tempo o pessoal trabalhava na mata de poaia. Jorge americano mostrou prá nós. Depois inventamos o azinato (artesanato) que Jorge vendia com nós em Cuiabá.”

“Jorge arrumava muita confusão com os índios. Primeiro ficava brabo com a “casa da jararaca” e chamava a casa de caso do diabo. Uma vez quis jogar as flautas no rio e acabar com elas. Ficava brabo quando tinha festa na aldeia. Eu avisei a ele que se ele fizesse confusão eu ia mandar eles embora. Jorge não acreditou...”

(COSTA, Op. cit. 295)

A quarta experiência foi também com outra Instituição norte-americana intitulada SIL (Summer Institute of Linguistics), a qual desenvolveu uma experiência interessante no campo do ensino bilingüe junto à uma aldeia Paresi situada junto ao rio Buriti. Bárbara Newman, lingüista do Instituto assim expressou a filosofia educacional:

“A maioria de nós teríamos que mudar profundamente, nossas atitudes em relação ao nosso próximo, ou seja, nesse caso, o indígena. Ele tem o direito de realizar seu potencial os sentidos e isto exige de nós, fé na capacidade de nosso próximo, permitindo que ele faça da sua língua, sua mente, seu poder de discernir o que é melhor para ele e sua comunidade. Assim o indígena alcançará a sua própria emancipação.”

A língua materna ou aquela do país em que somos criados, reflete os traços de sua cultura. Dessa forma, Newman considera que o índio deve aprender a sua língua tribal, mas também o português, a ser utilizado nos momentos em que o índio estabelecer relações com a sociedade envolvente.

(Boletim da FUNAI, 14 - set. 1975: 68 e 75)

A primeira turma de Monitores Bilíngues, formados pela FUNAI, escolheu como tema: *“Através do ensino lutamos pela emancipação do nosso povo.”* Bárbara Newman elenca cinco pontos destacados pelos formandos, os quais poderiam auxiliar no entendimento da questão indígena:

“Não temos liberdade de pensamento e ação. Não existe diálogo entre a comunidade indígena e a administração indígena.

Não há quem procure entender nossas necessidades, nossos desejos.

Sentimos falta de igualdade com o mundo não-índio em relação aos deveres e direitos de todo brasileiro.

Por falta de conhecimento não temos confiança no mundo não-índio.” (op. cit. 75)

A quinta experiência educacional ocorreu na década de 60 do nosso século e correspondeu a uma retomada dos trabalhos missionários jesuítas, através da OPAN, porém com uma filosofia remodelada. Não mais retiravam as crianças das aldeias, mas atuavam junto às mesmas. Daniel Caxibi assim se expressa com relação a este segundo momento:

“A partir do segundo quinquênio dos anos 60, concretizava-se aos poucos a aplicação do princípio devolver os índios para suas devidas aldeias e reservas. Este processo, desencadeado, fez parte na mudança da mentalidade de certos missionários da Missão Anchieta, pois concluiu-se que este sistema de educação, em vez de preparar o índio para integrar-se à sociedade nacional, alienava-o mais e mais.” (Caxibi, op. cit. 22)

A filosofia jesuíta neste segundo momento assim foi expressa:

“No passado julgávamos dever transformar a vida nativa e dizíamos “civilizar”. Por bom tempo não sabíamos que civilizar nossos índios era “matá-los”. Na verdade, os peritos sobejamente demonstraram a riqueza de almas das pessoas simples. O simples na aparência repugnante de vida, costume e modo de estar, guardam um mundo interior de valores que os “civilizados” e os de outras plagas não possuímos”. (COSTA, op. cit. 265)

Daniel Caxibi, índio da nação Paresi que passara pelas duas experiências assim relata o drama causando pela alteração:

“...É bom lembrar que este processo trouxe traumas para vários índios. Este trauma, conseqüência do despreparo para a readaptação nas suas áreas, criou complexos de inferioridade, tornando-os marginalizados na sociedade envolvente.

...Ao voltar para meu povo me encontrei diante de uma realidade chocante. Só me foi possível superar este impasse através do recebimento de uma conscientização maciça. Se não ocorresse isto, hoje eu seria um indivíduo mentalmente alienado. Depois disso, passei a compreender melhor a vida, realidade em que me criei, a realidade de meu povo. Procurei, então levar-lhes o conhecimento real das coisas. Por isso tentei, através de uma alfabetização, por em prática meus princípios.

...Neste trabalho deparei-me com vários problemas. Entre eles os seguintes:

- O fato de ter criado desde pequeno fora e não aprender o idioma do grupo, ofereceu barreira de comunicação entre meu povo e eu;

- *Não tinha base suficiente de conhecimento sobre o método a ser aplicado;*
 - *Falta de material didático à realidade Paresi;*
 - *Carência alimentar das crianças que freqüentavam a escola."*
- (Cabixi, op. cit. 24-25)

A partir de 1970 os índios ficaram em contato direto com o processo migratório, especialmente advindo do Sul do Brasil para a região. Assistimos neste momento a abertura da estrada BR 364, ocasião em que foram instaladas nas regiões circunvizinhas às aldeias Paresi empresas madeireiras, multinacionais, o que veio a influenciar e modificar substancialmente as relações sociais dos Paresi.

A partir de 1980 Postos da FUNAI foram instalados junto às aldeias Paresi, o que só foi aceito por eles, na medida em que viam neles a demarcação de suas terras, neste momento ameaçadas pelo desenvolvimento regional.

CONCLUSÃO

Concluindo, os Paresi estão presentes física e historicamente no contexto regional, numa demonstração de que os índios lutaram e participaram de todo o processo histórico regional, e que, pertencendo a uma sociedade diferenciada da hegemônica, ele, com sua própria presença física, insinua que os dramas da sociedade nacional somente poderão ser parcialmente solucionados, se soubermos compor um coro em que as múltiplas vozes, os múltiplos saberes estejam harmônica e democraticamente presentes.